

Prioridade aos critérios técnicos

Neste mês de junho, a Secretaria de Planejamento está colocando em prática uma outra novidade importante. O orçamento da União agora está indexado, cada grupo de despesa com seu indexador. Assim, gastos com pessoal são indexados pela URP. Já custeios de capital são indexados pelo Índice de Preços ao Consumidor, o IPC do IBGE.

A novidade técnica tem implicações políticas. Até aqui, o orçamento era feito em cruzados constantes, com base numa projeção de inflação feita com muita antecedência. O orçamento de um ano começa a ser preparado em junho do ano anterior e tem que ser enviado ao Congresso para aprovação em setembro. Numa economia como a brasileira, é impossível, em junho, aceitar a previsão de inflação para o ano que vem. Assim, o planejamento costumava chutar uma inflação muito baixa, menos de 100% para este ano, por exemplo, para depois consertar durante a vigência do orçamento.

As receitas e despesas, com inflação maior, cresciam muito mais do que o previsto. Nos primeiros meses, os ministérios já tinham gasto todo o dinheiro e o caixa do Tesouro tinha mais recursos a arrecadar. Faziam-se então as *leis de excesso*, alocando o excedente de arrecadação. Nessas leis é que se podia alocar mais excesso para este ou aquele programa, conforme a necessidade política do momento.

Com o orçamento indexado, não tem mais essa conversa. A despesa com pessoal, por

exemplo, permanece constante, todo mês atualizada pela URP. Cada unidade do governo sabe exatamente quanto vai receber para gastar com funcionários. Isso impede uma prática antiga: Um ministério concedia mais vantagens aos seus funcionários e gastava rapidamente a verba fixa para pessoal. Não tinha importância: Era só apresentar em seguida suas novas necessidades para a lei de excesso. Essa jogada morreu.

Fundo perdido — A terceira novidade em aplicação na Secretaria do Planejamento modifica o sistema de distribuição das verbas a fundo perdido para estados e municípios. É um assunto rigorosamente político. Era a verba da filosofia.

Trata-se de um dinheiro alocado no planejamento e distribuído sem nenhum critério. Depende exclusivamente da decisão do ministro do Planejamento (que leva ao presidente da República uma exposição de motivos propondo dar tantos cruzados para o município tal) e da caneta do presidente. De próprio punho, ele escreve "de acordo", data e assina. Está dado, o governador ou o prefeito leva o dinheiro e faz o que quiser. Essa distribuição foi a fonte das denúncias de corrupção na gestão Aníbal Teixeira.

Abreu está definindo critérios técnicos para a distribuição desses recursos. O financiamento também será rigoroso. O dinheiro será entregue contra a apresentação de projeto e cronograma financeiro. E será liberado em parcelas, conforme o andamento das obras.